



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS SOBRAL

CURSO DE PSICOLOGIA

MARIA HARIADNA MESQUITA DE SOUZA

**“EU ACHO QUE MULHER NASCE PRA ISSO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
USUÁRIAS DO CREAS/SOBRAL QUANTO A VIOLENCIAS COMETIDAS PELOS
PARCEIROS**

SOBRAL

2017

MARIA HARIADNA MESQUITA DE SOUZA

“EU ACHO QUE MULHER NASCE PRA ISSO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
USUÁRIAS DO CREAS/SOBRAL QUANTO A VIOLÊNCIAS COMETIDAS PELOS
PARCEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia da Universidade Federal do
Ceará – *Campus* Sobral, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Psicologia.

Orientador (a): Francisca Denise Silva do
Nascimento

SOBRAL

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S239" Souza, Maria.
"EU ACHO QUE MULHER NASCE PRA ISSO" : REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE USUÁRIAS DO
CREAS/SOBRAL QUANTO A VIOLÊNCIAS COMETIDAS PELOS PARCEIROS / Maria Souza. – 2017.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Psicologia, Sobral, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Francisca Denise Silva do Nascimento.

1. gênero. 2. violência. 3. mulheres. 4. Teoria das Representações Sociais. 5. CREAS/ SOBRAL. I.
Título.

CDD 150

MARIA HARIADNA MESQUITA DE SOUZA

“EU ACHO QUE MULHER NASCE PRA ISSO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
USUÁRIAS DO CREAS/SOBRAL QUANTO A VIOLÊNCIAS COMETIDAS PELOS
PARCEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia da Universidade Federal do
Ceará – *Campus* Sobral, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Psicologia.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francisca Denise Silva do Nascimento (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Camilla Araújo Lopes Vieira
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Especialista Gracymara Mesquita Severiano
Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú

RESUMO

O presente estudo buscou investigar os significados atribuídos e compartilhados por usuárias atendidas pelo CREAS/SOBRAL no que se refere às violências sofridas e sentidas no âmbito doméstico, compreendendo as representações sociais construídas por essas mulheres sobre o fenômeno vivenciado. Adotou-se como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici. A estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram a observação e a entrevista semi-estruturada. Foram realizadas 3 entrevistas com mulheres de idade entre 25 e 45 anos. Os resultados apontaram que as entrevistadas demonstraram maior facilidade em caracterizar as agressões físicas como violência em comparação às formas de violência psicológica e a ingestão de álcool foi colocada como a principal motivação da violência, seguido pelo ciúmes. As representações dos agressores foram ancoradas em duas esferas: uma afetiva e outra negativa. No que tange as perspectivas de futuro observaram-se representações ancoradas na falta de possibilidades e paralisação. As consequências da violência e os sentimentos vivenciados diante dela completam as representações dessas mulheres. O artigo está dividido em quatro tópicos, além da introdução. No primeiro tópico apresentamos os traçados metodológicos da pesquisa. No seguinte, tratamos de violência e gênero, fazendo algumas considerações sobre o fenômeno da violência e sua manifestação enquanto violência de gênero, mais especificamente a perpetrada contra mulheres relacionando à perspectiva da Teoria das Representações Sociais. As análises das entrevistas bem como o levantamento de discussões estão apresentadas no terceiro tópico, seguidas do quarto tópico com as considerações finais.

Palavras-chave: gênero; violência; mulheres; Psicologia; Teoria das Representações Sociais; CREAS/SOBRAL

ABSTRACT

The present study sought to investigate the meanings attributed and shared by users served by CREAS/SOBRAL with regard to the violence suffered and experienced in the home, understanding the social representations built by these women on the experienced phenomenon. The Theory of Social Representations proposed by Moscovici was adopted as theoretical reference. The methodological strategy used was qualitative research and data collection instruments were observation and semi-structured interview. Three interviews were conducted with women aged between 25 and 45 years. The results showed that respondents showed greater ease in characterizing physical aggression as violence compared to forms of psychological violence and alcohol intake was placed as the main motivation for violence, followed by jealousy. The representations of the aggressors were anchored in two spheres: one affective and one negative. Regarding future prospects, we observed representations anchored in the lack of possibilities and paralysis. The consequences of violence and the feelings experienced before it complete the representations of these women. The article is divided into four topics, besides the introduction. In the first topic we present the methodological paths of the research. In the following, we deal with violence and gender, making some considerations about the phenomenon of violence and its manifestation as gender violence, more specifically perpetrated against women related to the Theory of Social Representations perspective. The analysis of the interviews and the survey discussions are presented in the third topic, followed by the fourth topic with final considerations.

Keywords: gender; violence; women; Psychology; Theory of Social Representations; CREAS / SOBRAL

LISTA DE SIGLAS

RS - Representações Sociais

OMS - Organização Mundial da Saúde

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

FASM - Fundação de Ação Social do Município de Sobral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 METODOLOGIA E PANORAMA DE PESQUISA	12
1.1 O local da pesquisa	12
1.2 Tipo de pesquisa	12
1.3 Participantes	13
1.4 Instrumentos	13
1.4.1 Observação	13
1.4.2 Entrevista semi-estruturada	14
1.5 Procedimentos de coleta dos dados	14
1.6 Procedimentos de análise dos dados.....	15
2 VIOLÊNCIA E GÊNERO	16
2.1 Algumas considerações sobre o fenômeno da violência	16
2.2 Violência como questão de gênero.....	17
2.2.1 Violência contra a mulher.....	20
2.3 A mulher em situação de violência como objeto das Representações Sociais.....	23
3 “OH, MEU AMADO, POR QUE BRIGAMOS?”	26
A) “Eles acham que palavra não machuca, mas tem coisa que dói no sentimento da gente”: Tipos de violência.....	26
B) “O problema dele é a cachaça”: Motivações da violência.....	28
C) “Nem parecia aquele bicho do outro dia”: Manifestações comportamentais do agressor e percepções das mulheres sobre o companheiro/ex.	29
D) “Só Deus sabia o que se passava no meu coração”: Modos de sentir e reagir das mulheres frente às violências sofridas.....	33
E) “A gente se obriga a ficar nessa e viver”: Manutenção das relações violentas	34
F) “Eu sei lá”: Perspectivas para o futuro.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

“O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (Simone de Beauvoir)

A violência é um fenômeno multifacetado e plurideterminado, entrelaçando-se aspectos históricos, políticos e sociais na sua configuração. De maneira geral, a violência é elucidada pela literatura como um fenômeno universal, que sempre existiu ao longo da história da humanidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde,

[...] a violência é o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002, p. 05)

Trata-se de um fenômeno complexo e dinâmico, de abrangência psicossocial, cujo espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade (MINAYO; SOUZA, 1994). Neste sentido, observa-se na própria sociedade fatores que contribuem para a produção e/ou agravamento da violência, a exemplo: pobreza, desigualdade social, desemprego e ineficiência de algumas instituições básicas, como a família.

No decorrer da história, a mulher esteve ligada ao homem de alguma forma, seja na relação familiar com o pai e irmãos, seja através de relacionamentos amorosos, seja em sua relação com Deus, por exemplo. Isto significa que na sociedade ocidental o sexo feminino não é visto como independente, mas sempre se submetendo a uma figura masculina para acompanhá-la. A partir daí, emerge uma relação de subordinação feminina para com o homem, pois a construção social que se desenvolveu ao longo dos tempos coloca o feminino em uma condição de inferioridade ao masculino; condição essa que é exclusivamente social, embora sejam relacionados fatores biológicos aos sociais a fim de naturalizar um processo sociocultural de discriminação contra a mulher. (SAFFIOTI, 2001). A naturalização de tais processos constitui uma maneira mais fácil de legitimar a “superioridade” dos homens, reforçando nas mulheres uma ideologia de “inferioridade” feminina, que, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais e pelas estruturas de poder.

Constituída histórica e socialmente, a dominação masculina impacta de múltiplas formas na sociedade; dentre elas, destaca-se a violência contra mulheres, especialmente no âmbito doméstico. A própria dominação, segundo Saffioti (2001), por si só constitui uma

violência. No entanto, nem sempre é percebida como um tipo de violência, mas como uma espécie de interdição que naturalmente se pratica de um para o outro. Impor a submissão às mulheres pode ser considerado como violência simbólica e defini-la assim ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza universal (CHARTIER, 1995).

A violência doméstica contra mulheres é uma questão muito antiga, alguns estudiosos apontam que esse tipo de violência sempre existiu, associada a vários fatores, principalmente a questões de gênero, mas apenas nos últimos anos vem ganhado visibilidade e recebido a merecida atenção por parte das autoridades e pesquisadores. Segundo Grossi “[...] o que hoje se considera, no Brasil, violência contra a mulher foi uma construção histórica do movimento feminista” (GROSSI, 1994, p. 483). A violência contra mulher é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998) como uma questão social e de saúde pública devido aos custos que traz aos cofres públicos e também pelos agravos físicos e emocionais gerados por este conflito.

Antes de tudo, a condição de violência é uma questão de violação dos direitos. Nas últimas décadas muitos passos foram fundamentais para denunciar a violência contra a mulher, trazendo para o espaço público o que se vivia no espaço privado de maneira naturalizada. Um marco foi a criação da Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que rege os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (2006).

Podemos interpretar a violência contra a mulher como um fruto de uma cultura de dominação masculina, mediada pela ordem patriarcal que concede aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Nem todos os homens utilizam (ou recebem) da mesma forma o privilégio estrutural que a sociedade patriarcal os concede, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação masculina. Pode-se dizer que a violência contra a mulher não é um fenômeno único e não ocorre da mesma maneira nos diferentes contextos; há semelhanças e diferenças em função da singularidade dos sujeitos envolvidos. Embora a desigualdade de poder nas relações de gênero seja um fato comum predominante, há uma dinâmica singular na situação que está relacionada com os contextos específicos e as histórias de vidas daqueles envolvidos. Em muitas culturas esse tipo de abuso não é reconhecido como violência e sim como um fenômeno cultural, o que impossibilita um efetivo tratamento das mulheres violentadas, bem como corrobora para o aumento de casos.

As consequências desta violência se manifestam em uma série de agravos à saúde física, reprodutiva e mental das vítimas e, em muitos casos, chegam a ser fatais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) implementou um estudo sobre violência doméstica contra a mulher em 10 países com cerca de 24.000 mulheres e ressaltou que esse tipo de violência é um fenômeno universal, persistente em todos os países do mundo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002). No Brasil, entre 1998 e 2008, foram assassinadas 42.000 mulheres, em uma proporção quase equivalente ao crescimento da população feminina, de modo que as taxas anuais de homicídios giravam em torno de 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012). Em março de 2017, foi divulgada uma pesquisa realizada pelo Datafolha¹ e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança na qual se mostra que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Os dados mostram ainda que 22% das brasileiras sofreram ofensa verbal no último ano, 10% sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual e 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. Outro dado alarmante foi divulgado na pesquisa: 503 mulheres são vítimas de violência a cada hora. Em relação ao agressor foi divulgado que, na maior parte das vezes (61% dos casos), é um conhecido; 19% das vezes eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex-companheiros.

Além da dor física, a mulher também sente a dor de ser violentada por alguém que ama ou que amou em seu ambiente familiar; um lugar que deveria ser um local de proteção, de trocas de afetos, é transformado em espaço de vulnerabilidade frente a esses episódios. A percepção de que seu corpo e sua identidade estão sob o risco de destruição e danos, devido à insegurança física e emocional que os abusos causam, faz com que a mulher vivencie um estado permanente de ansiedade que prejudica sua saúde tanto quanto as lesões corporais (SILVA et al, 2007; GARBIN et al, 2006; FONSECA; LUCAS, 2006).

Muito se questiona sobre os mecanismos que levam as mulheres a permanecerem em uma relação abusiva, que muitas vezes ameaça suas próprias vidas. As representações que as mulheres têm da violência doméstica auxiliam na compreensão das variáveis que as mantêm nesse tipo de relação. Compreender as representações que elas constroem acerca do que vivenciam possibilita que o fenômeno da violência doméstica seja alcançado de maneira mais

¹ Disponível em <<http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>> Acessado em abril de 2017.

abrangente, entendendo como o mesmo é interiorizado e como a violência sofrida afeta e interfere em suas vidas.

Nessa perspectiva, partimos da pergunta: em que se baseiam as representações sociais que as vítimas de violência contra a mulher atendidas pelo CREAS/Sobral têm acerca das violências vividas (sentidas) por elas? Para respondê-la utilizou-se como enfoque teórico a Teoria das Representações Sociais (RS) de Moscovici, caracterizada como um conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Essas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos (MOSCOVICI, 2007). Conhecer as representações sociais das mulheres vítimas de violência doméstica permite verificar como este conhecimento, elaborado e compartilhado por este grupo de pertença, cria uma realidade prática e cotidiana. Diante disto, o presente trabalho buscou investigar os significados atribuídos e compartilhados por usuárias atendidas pelo CREAS/SOBRAL, no que se refere as violências sofridas/sentidas no âmbito doméstico.

A pesquisa deu-se de forma qualitativa por meio de observação e entrevista semiestruturada com as vítimas de violência contra a mulher atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, um dos serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - Manoel Vieira Linhares, lugar importante na cidade de Sobral dado que o serviço presta um trabalho social e humanizado às pessoas que se enquadram em situação de violação dos direitos humanos e risco social, desempenhando um papel importante na oferta de serviços de acompanhamento às famílias que vivem em condição de ameaça ou vítimas de violência seja de ordem psicológica, emocional, física e sexual, além de vítimas de discriminações racial e/ou sexual e pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2014).

O artigo está dividido em quatro tópicos, além da introdução. No primeiro tópico apresentamos os traçados metodológicos da pesquisa. No seguinte tratamos de violência e gênero, fazendo algumas considerações sobre o fenômeno da violência e sua manifestação enquanto violência de gênero, mais especificamente a perpetrada contra mulheres relacionando à perspectiva da Teoria das Representações Sociais. As análises das entrevistas bem como o levantamento de discussões estão presentes no terceiro tópico. Finalmente, nas considerações finais retomamos os resultados obtidos com algumas reflexões.

1 METODOLOGIA E PANORAMA DE PESQUISA

1.1 O local da pesquisa

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - Manoel Vieira Linhares caracteriza-se como uma unidade pública ligada a Fundação de Ação Social do Município de Sobral - FASM, que se destina ao atendimento especializado e continuado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). Idosos, crianças e mulheres constituem o público alvo de atendimento do serviço. (BRASIL, 2014).

A pesquisa realizou-se com as vítimas de violência contra a mulher atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, um dos serviços ofertados pelo CREAS. A aproximação com o local da pesquisa ocorreu a partir da vivência de Estágio Obrigatório, componente da grade curricular do curso de Psicologia, durante o período de março à dezembro de 2016. A solicitação para realizar o estudo foi feita a supervisora de campo do estágio, no caso a técnica de referência em Psicologia do PAEFI, que foi a responsável também por acompanhar a coleta de dados.

1.2 Tipo de pesquisa

Inserido neste espaço institucional com o intuito de apreender, nos discursos das respondentes, as RS acerca da violência sofrida, bem como as representações de outras esferas atreladas a esse fenômeno da violência, foi adotado um estudo de caso em uma abordagem qualitativa, a qual se fundamentou na Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2007). O método qualitativo foi escolhido por possibilitar o adentrar no “[...] universo dos sujeitos em si, nas suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010, p. 48). Este trabalho delineou-se enquanto pesquisa de campo, na modalidade de estudo de caso, por permitir a compreensão partindo de uma

perspectiva interpretativa, do ponto de vista dos participantes, conhecendo as particularidades de cada situação, onde o pesquisador não intervém sobre o objeto a ser estudado. (SILVEIRA, 2009)

1.3 Participantes

As participantes das entrevistas foram mulheres acompanhadas pelo CREAS como vítimas de violência doméstica, em grande parte pelo atual companheiro ou ex. Após leitura dos prontuários de uma das técnicas de referência do PAEFI, foram selecionados os casos de violência doméstica contra mulheres entre 25 e 45 anos praticada pelos companheiros ou ex-companheiros, totalizando sete casos. Apenas três mulheres, dos sete casos selecionados, se disponibilizaram a conceder a entrevista. A maioria possui renda familiar de até 01 salário mínimo e nível de escolaridade entre o analfabetismo e o ensino médio. Todas moram em bairros periféricos da cidade e com altos índices de violência.

A fim de preservar as identidades das participantes foram adotados nomes fictícios na identificação das falas na análise das entrevistas. Os nomes fazem referências a características comportamentais consideradas relevantes identificadas no momento da entrevista: Apatia, Esperança e Paixão.

1.4 Instrumentos

Para a consecução dos dados foram utilizados como instrumentos a observação e entrevista semiestruturada.

1.4.1 Observação

A observação é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade (MARCONI, LAKATO, 2007). Essa técnica pode ser realizada de diversas maneiras, distinguindo-se de acordo com os objetivos da mesma e da função que o observador exerce no contexto da pesquisa (DALLOS, 2010). Neste trabalho, foi utilizada de forma complementar aos dados obtidos na entrevista, pois muitos aspectos não eram

contemplados nas narrativas anunciadas pelas mulheres. Os dados foram coletados através dessa técnica de maneira livre e espontânea, sem um controle previamente elaborado por perguntas técnicas.

A observação, no presente estudo, pode ser caracterizada como assistemática de acordo com Marconi e Lakato (2007). Para as autoras, nesse tipo de observação o conhecimento é obtido através de uma experiência ocasional, sem que se tenha determinado os aspectos relevantes a serem observados e quais os meios a utilizar para observá-los. A observação permitiu identificar estados emocionais das participantes no momento da entrevista, bem como suas posturas ao responderem determinadas questões. Essas práticas e seus significados foram registrados e considerados na análise.

1.4.2 Entrevista semi-estruturada

A entrevista semiestruturada caracteriza-se por possuir um roteiro pré-estabelecido composto pelas principais informações a serem coletadas. Nesse tipo de entrevista, por meio da interação podem ser realizadas adaptações de maneira flexível a qualquer momento, sempre respeitando o tempo e os limites do entrevistado, focando nas questões-chave a serem investigadas (BREAKWELL, 2010). Tal flexibilidade contribuiu de forma significativa, pois outras informações relevantes emergiram ao longo de algumas entrevistas possibilitando a captação de outros aspectos que não estavam no roteiro, enriquecendo o conteúdo das entrevistas.

1.5 Procedimentos de coleta dos dados

A coleta de dados ocorreu nas visitas domiciliares, instrumento utilizado pelo CREAS para acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. Os dados foram coletados no período entre agosto e dezembro de 2016. Inicialmente, foi realizada apenas a observação durante as visitas e, em um segundo momento, procedeu-se com a continuação das observações e realização das entrevistas. Essas foram realizadas nas próprias casas das usuárias do serviço, pois muitas não tinham condições nem se disponibilizavam para ir até a unidade do CREAS. Algumas entrevistas não puderam ser realizadas por motivos como: agressor presente no

momento da visita, recusa da vítima em ceder a entrevista ou ausência na residência por duas visitas consecutivas.

Informalmente foram realizadas conversas com outros membros da família e vizinhos que estavam presentes nos momentos de visita, os quais contribuíram também para a construção dos dados.

1.6 Procedimentos de análise dos dados

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que o conteúdo das entrevistas foi analisado à luz da Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2007). O enfoque teórico foi escolhido por permitir compreender os significados que as mulheres dão às violências sofridas/sentidas por elas. A representação social é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001). Mesmo sendo considerado um “saber do senso comum” ou “saber ingênuo” esse objeto de estudo têm relevância na vida social por possibilitar entendimento acerca dos processos cognitivos e interações sociais.

Adotar um modo qualitativo de fazer pesquisa permite que o pesquisador busque entender questões muito particulares que não podem ser quantificadas, permitindo ao pesquisador reviver uma experiência, pois há sempre uma relação entre o fenômeno que se mostra e o sujeito que vivencia. A pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2012, pp. 21-22)

Nesse sentido, a abordagem qualitativa oferece suporte para a compreensão dos significados construídos e compartilhados pelas entrevistadas sobre a situação de violência a qual foram submetidas, permitindo que através dos relatos das mesmas entre-se em contato com o universo de significados, crenças e atitudes que as mulheres vivenciaram e vivenciam.

2 VIOLÊNCIA E GÊNERO

2.1 Algumas considerações sobre o fenômeno da violência

Desde tempos remotos existe uma preocupação em entender essencialmente a violência, suas causas e origens a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social. Para construirmos uma ideia sobre o fenômeno da violência, precisamos compreendê-lo como uma totalidade de formas e tipos, levando em consideração o fato de que ela não se expressa apenas por maneiras puramente concretas com uso de força física. Existe uma outra estrutura da violência: a violência simbólica, que se trata de uma coação moral. No conjunto de formas de violência simbólicas podemos situar a discriminação e o preconceito – econômico, social, sexual, cultural ou racial. As formas como o fenômeno se expressa correspondem a uma totalização de conteúdos praticados como atos de violência que por sua vez são manifestados pelo uso da força física ou ofensa moral.

A violência tornou-se um indicador negativo de qualidade de vida e está associada a questões que se passam no meio social como, por exemplo, ao aumento das desigualdades, ao efeito do desemprego crescente, à falta de perspectiva no mercado de trabalho, à impunidade, à arbitrariedade policial e à ausência ou omissão das políticas públicas (MINAYO, 2009).

Hoje é praticamente unânime a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana, uma vez que não possui raízes biológicas, mas se trata de um fenômeno biopsicossocial multifacetado e dinâmico no qual a vida em sociedade é seu espaço de criação e desenvolvimento. A compreensão deste fenômeno leva à análise histórica, sociológica, antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, políticas, psicológicas, econômicas e institucionais (MINAYO, 1994). Analisar a violência como uma produção social implica considerar que cada sociedade possui seus modos de desenvolver os tipos de violência, bem como as penalidades e as regras que regulam as suas formas, tipos e conteúdo (VINHAS, 2010).

Há concepções acerca do ato violento como algo ligado ao poder, tal como argumenta Marilena Chauí, filósofa que acredita na violência não como violação e transgressão e sim como a conversão de uma diferença hierárquica com fins de dominação e opressão, que ocorrem conjuntamente a passividade e silêncio dos sujeitos (CHAUÍ, 1985 apud HAYECK, 2009, p. 03). Hanna Arendt (1985) argumenta que violência e poder são duas esferas divergentes, onde a

desintegração desse possibilitaria o surgimento daquela. Esses dois conceitos quase sempre são considerados iguais por aparecerem muitas vezes juntos, mas não existe espaço para o outro onde um predomina, ou seja, a violência sempre é praticada na ausência de poder daquele que pratica ou contra o poder daquele na qual é praticada (VINHAS, 2010).

O crescimento da violência tem mobilizado discussões no meio acadêmico e nos diferentes âmbitos da sociedade, colocando o tema como prioridade nas políticas governamentais e no âmbito das pesquisas sociais. A manifestação do fenômeno no contexto contemporâneo é vista como um mal que atinge a vida social e que deve ser combatido, pois agride a condição humana, não se delimitando apenas às relações de agressividade entre grupos e indivíduos, mas abrangendo também a conflitos nas formas de controle que as instituições sociais exercem ou deviam exercer para manter a autoridade e a norma social (SOARES, 2014).

2.2 Violência como questão de gênero

*“Não se nasce mulher, torna-se.”
(Simone de Beauvoir)*

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final na justificativa das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Seja no domínio do senso comum, seja revestida por uma linguagem "científica", a distinção biológica pautada em uma distinção sexual serve para compreender e, por vezes, justificar a desigualdade social. Não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas, valorizadas e explicadas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para se compreender o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não precisamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. A discussão vai se constituir através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental. (LOURO, 1997)

Simone de Beauvoir foi uma das primeiras autoras a trazer essa abordagem sobre os gêneros. Talvez o ponto mais importante da principal obra da filósofa, *O Segundo Sexo* (1949), possa ser resumido na seguinte frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVIOR,

2016, p. 11). Ao afirmar isso, a escritora e feminista francesa chama atenção para as inúmeras construções sociais acerca de ser homem e, principalmente, de ser mulher. Beauvoir buscou entender que lugares sociais pertenciam aos homens e que lugares pertenciam às mulheres; quais mitos, destinos biológicos e posições sociais abrangem a figura do homem e da mulher. A autora compreendeu que as diferenças eram produzidas e mantidas no âmbito social e cultural, “[...]é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro” (BEAUVIOR, 2016, p. 11).

A historiadora e feminista americana Joan Scott é outra importante referência para os estudos sobre gênero no Brasil e seu artigo publicado em 1988, intitulado *Gender: A useful category of historical analysis*, no qual a autora formula sua definição de gênero, é um marco para a literatura sobre o tema.

Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos [...] Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado. (SCOTT, 1988, pp.42-44 apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p.156)

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social" das distinções baseadas no sexo (SCOTT, 1995) não há a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, isto é, não são negados aspectos biológicos, mas enfatiza-se a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. O conceito passa a ser usado com forte apelo relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, exigindo que se pense de modo plural uma vez que as representações sobre mulheres e homens são diversas. A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papeis* masculinos e femininos. Tal concepção pode se mostrar redutora por não contemplar as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos) constituem hierarquias entre os gêneros. (LOURO, 1997)

O conceito de gênero não evidencia, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é presumida. É necessário ampliar este conceito para as

relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher. O primeiro tipo de relação, obviamente, é privilegiado por ser inerente à realidade objetiva com a qual todo ser humano encontra ao nascer, passando a conviver socialmente ao longo do tempo. A desigualdade, embora existam mecanismos que tentem naturalizá-la, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. A desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres não é colocada previamente, mas pode ser construída e o é com frequência. (SAFFIOTI, 1999).

Historicamente, os machos estruturaram o poder patriarcal de dominação sobre as fêmeas, ou melhor, sobre o gênero feminino, pautando-se na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Segundo Heleieth Saffioti,

[...] no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas (mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos), recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFFIOTI, 2003, p. 115)

O uso e abuso do poder patriarcal são exercidos duramente, por intermédio das mais variadas formas de violência, principalmente sobre as mulheres adultas que se desviam dos lugares, espaços, papéis estruturados por esse poder. A violência praticada pela sociedade patriarcal se realiza de diversas formas: identitária, física, psicológica, sexual, institucional, social e politicamente. Articuladas, elas constituem o arsenal de que dispõe o gênero masculino para manter seu poder sobre os outros gêneros (FALEIROS, 2007).

A representação generalizada na sociedade acerca da violência de gênero é de que se trata da agressão física de homens contra mulheres. Alguns autores reforçam tal hipótese, Strey (2004, p.13) aponta que, “[...] estatísticas disponíveis nos permitiriam inferir que violência de gênero seria mais ou menos a mesma coisa que violência de homens praticada sobre mulheres”. Assim, a violência de gênero caracteriza-se por qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação pautada em desigualdade e assimetria entre os gêneros (PALHONI, 2011). A desigualdade de gênero, por sua vez, se reproduz e se naturaliza a partir da violência simbólica que fornece a base legitimadora de ações e relações de forças presentes na violência física, psicológica e sexual.

No livro *Gênero, Patriarcado, Violência* (SAFFIOTI, 2004) a autora define “violência de gênero” como uma categoria de violência mais geral derivada de uma organização social de gênero que privilegia o masculino, que pode abranger a violência doméstica e a

violência intrafamiliar. Segundo a autora, a violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. Ainda para Saffioti, a violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade, podendo ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente no primeiro caso. Já a violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar, podendo também atingir pessoas que, não possuindo vínculos consanguíneos, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados e empregadas(os) domésticas(os).

2.2.1 Violência contra a mulher

“É preciso ter coragem pra ser mulher nesse mundo. Pra viver como uma. Pra escrever sobre elas”²

G1 reúne mais de 4 mil notícias de violência contra a mulher em 10 anos³

Dois a cada três brasileiros já viram uma mulher sofrer violência, diz estudo⁴

Mulher é vítima de estupro coletivo no interior de São Paulo⁵

O conceito de violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado com raízes histórico culturais, permeado por questões étnico-raciais, de classe e compreende diversos tipos de violência: a violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional⁶. Nas sociedades onde a definição do gênero feminino tradicionalmente é atribuída à esfera familiar e à maternidade, a referência

² Frase publicada pela jornalista Juliana de Faria, responsável pela campanha “Chega de fiiu fiiu” e publicada em imagem no site <thinkolga.com >.

³ G1. 03/08/2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/g1-reune-mais-de-4-mil-noticias-de-violencia-contra-mulher-em-10-anos.html>> acessado em julho de 2017 > Acessado em julho de 2017

⁴ Notícias R7. 10/05/2017. Disponível em <<http://noticias.r7.com/brasil/dois-a-cada-tres-brasileiros-ja-viram-uma-mulher-sofrer-violencia-diz-estudo-10052017>> Acessado em julho de 2017.

⁵ Notícias R7. 18/07/2017. Disponível em <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-interior-de-sao-paulo-18072017>> Acessado em julho de 2017.

⁶ Conceituação presente na “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres”.

fundamental da construção social do gênero masculino é sua atividade na esfera pública, tornando-se o provedor e protetor da família. Atualmente, mesmo com a presença maciça das mulheres no âmbito do trabalho e no mundo público, a distribuição social da violência reflete a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, enquanto a violência contra a mulher é perpetuada no âmbito doméstico, onde frequentemente o agressor é o próprio companheiro (GIFFIN, 1994).

Nas últimas décadas, muitos passos foram fundamentais para denunciar a violência contra a mulher, trazendo para o espaço público o que se vivia no espaço privado. O que se considera atualmente no Brasil “violência contra a mulher” foi construído historicamente pelo movimento feminista com a participação de órgãos e instituições governamentais. Inicialmente, violência contra a mulher eram os homicídios de mulheres perpetrados por seus maridos, companheiros ou ex-companheiros. Em seguida, com a criação dos SOS Mulher e, posteriormente, as Delegacias de Mulheres, esta violência passa a se localizar nas situações de violência doméstica e/ou conjugal.

Em 1993, realizou-se a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos onde a violência contra a mulher foi reconhecida como obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. De acordo com a *Declaração sobre a eliminação da Violência contra a Mulher* (1993), violência contra a mulher pode ser definida como

[...] qualquer ato de violência com base no gênero, sexo, que resulte ou que é provável resultar em dano físico, sexual, mental ou sofrimento para a mulher, incluindo as ameaças de tais atos, coerção, ou privação arbitrária de liberdade ocorrida em público ou na vida particular.⁷

A literatura sobre violência contra as mulheres têm suas origens no início dos anos 1980. Esses estudos são frutos das mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres, tornando-se uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Nesse período, o movimento possuía como um dos principais objetivos dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la através de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. A partir das manifestações das feministas foram criadas instituições responsáveis por atender às vítimas de violência. Assim, surgiu no contexto nacional

⁷ Declaração sobre A eliminação da Violência contra as Mulheres proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>

no final de 1980 o SOS MULHER, que se difundiu por vários Estados brasileiros, tornando-se uma das ações especialmente desenvolvidas para ajudar as mulheres em situação de violência.

Em 1985, como resultado da pressão do movimento feminista, começam a ser criadas as Delegacias de Mulheres, que hoje existem em todo país e configuram a principal política pública de combate à violência e à impunidade, mudando o quadro de atendimento que de militante se tornou profissional (executado por policiais, assistentes sociais, psicólogos) (GROSSI, 1994; SANTOS; IZUMINO, 2005). De 1985 a 2002, a criação de Delegacias de Mulheres e de Casas-Abrigo foi o principal eixo da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase era pautada na segurança pública e na assistência social.

Sucessivamente e de forma gradual, outros dispositivos foram integrados aos já existentes. Na atualidade existem diversos serviços que constituem uma grande rede de cuidado e enfrentamento à violência. Esta rede faz referência à atuação organizada entre as instituições governamentais, as instituições não-governamentais e a comunidade. Destas instituições, cada uma fica responsável por determinado serviço e tem sua contribuição. De forma geral, a rede é compreendida pelo Judiciário, Ministério Público, Delegacias da Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Assistência Social, Centros de Referência da Mulher, Coordenadorias e Secretarias da Mulher, Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, Central de Atendimento à Mulher e Organizações Não-Governamentais (SANTOS, 2008).

A principal referência destes serviços é a Lei Maria da Penha/ Lei 11.340/2006⁸. Esta lei foi criada para atuar especificamente sobre a problemática da violência doméstica e familiar contra a mulher, considerando-a como uma violação dos direitos humanos baseada no gênero. Esta violência, conforme a lei, pode ser classificada em cinco categorias – física, sexual, psicológica, moral e patrimonial – que podem ser praticadas de forma isolada e/ou combinada, resultando em coibição do exercício de direitos pelas mulheres e sua autonomia. A Lei também dispõe de medidas para serem usadas pelas instituições públicas no tratamento dessa violação de direitos humanos como as “medidas de responsabilização do autor/agressor, de proteção à integridade física das mulheres e de seus direitos, medidas de assistência que contribuam para fortalecer a mulher e medidas de prevenção” (PASINATO, 2011, p. 120).

⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>

Contudo, como endossa Heleieth Saffioti (1987), as estruturas sociais de dominação não são modificadas apenas por meio da legislação, sendo imprescindíveis mudanças sociais frente a atitudes e interpretações que estão no âmago da discriminação de gênero.

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas.” (SAFFIOTI, 1987, pp. 15-16)

Para o enfrentamento da violência contra a mulher não basta a formulação de uma lei que garanta a igualdade de gênero apenas no domínio legislativo, são necessárias intervenções que atuem na mudança e transformação social, tais como a formação adequada dos profissionais que trabalham com a temática e a oferta de serviços relevantes no atendimento às vítimas, bem como aos homens que cometeram a agressão. Também se faz necessário ampliar o entendimento sobre a vivência da violência contra a mulher, pois não se pode continuar denunciando a violência no singular, como se todas as formas de agressão fossem percebidas e sentidas da mesma forma por todas as mulheres.

2.3 A mulher em situação de violência como objeto das Representações Sociais

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu, em 1998, a violência doméstica contra a mulher como uma questão social e de saúde pública devido aos custos que esta traz aos cofres públicos e aos agravos físicos e emocionais gerados por este conflito. No Brasil, essa temática entrou na cena política adquirindo visibilidade social e tornando-se um objeto de preocupação de nações a partir das manifestações feministas e do movimento de mulheres na década de 1980 (GROSSI, 1994).

Ao longo das décadas o tema conquistou visibilidade social frente às produções midiáticas, tornou-se alvo de estudo sob a perspectiva de várias ciências, entrou no domínio legal e também se tornou assunto pertinente no cotidiano das pessoas, passando a fazer parte dos pensamentos, dos comportamentos e das conversações do dia-a-dia. Diversos estudos sobre a mulher em situação de violência e agressores adquiriram relevância, em vista das consequências sentidas na vida de ambos e da família, como também da visibilidade que a temática conquistou.

Novos saberes acerca da mulher e do homem envolvidos com o fenômeno da violência doméstica surgiram, possibilitando a construção de uma nova realidade social.

Muitos impasses se impõem durante toda a trajetória das lutas feministas buscando a equidade de direitos entre os homens e as mulheres – traduzida na busca pela erradicação das violências exercidas pelo homem contra a mulher –, como o funcionamento inapropriado da rede, as condições precárias das instituições, os serviços oferecidos com profissionais sem formação pertinente e até mesmo as próprias vítimas da violência. Negar ter sofrido violência mesmo estando visivelmente espancada, não querer prestar queixa ou querer retirá-la quando a fez, permanecer com o companheiro que frequentemente lhe golpeia são alguns dos comportamentos incoerentes apresentados por algumas mulheres quando sofrem violência doméstica perpetrada por seu atual ou ex-companheiro (JONG; SADALA; TANAKA, 2008). Pesquisas apontam que mais da metade das mulheres em situação de violência sofrem caladas e não pedem ajuda, tornando a violência ainda mais difícil de ser erradicada, reforçando os danos à integridade e à saúde das mulheres vítimas e da família como um todo, pois os filhos também são atingidos pela situação (RIBEIRO; COUTINHO, 2011).

Estas e outras condutas contribuem para a construção de diferentes concepções acerca destas mulheres, como também suscitam questionamentos sobre os mecanismos que as levam a permanecer caladas e submissas a esta situação, que por muitas vezes ameaça suas próprias vidas; sobre o que acontece no íntimo destas famílias e relacionamentos amorosos; e, indo além, sobre o que se passa em seus universos sociocognitivos que criam estas realidades.

Diante destas questões, o arcabouço teórico das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2007) oferece a fundamentação necessária para compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres vítimas de violência doméstica à própria situação vivenciada, apreendendo suas linguagens e teorias práticas, para desta forma introduzir-se neste universo comum atrelado ao fenômeno social da violência.

A representação social é um tipo de conhecimento produzido e compartilhado a partir do senso comum por um grupo de pertença, que situa o sujeito no ambiente em que está inserido e possibilita construir uma realidade prática, fazendo os sujeitos dominarem seu mundo social, atribuindo-lhe sentido. Segundo definição clássica exposta por Jodelet (2001), as representações sociais são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São as formas de

conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos, entretanto, não se reduzem jamais aos seus componentes, pois são fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. (SPINK, 1993).

Dessa maneira, os diferentes sentimentos e atitudes que são mobilizados nas mulheres que vivenciam ou já vivenciaram uma relação violenta, vão construindo uma teia de símbolos, significados e ações acerca destas vivências e de outros fenômenos que se interligam a ele, como o agressor, a família, a lei 11.340/2006, entre outros. Segundo Jodelet,

[...] estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas” (JODELET, 2001, p. 21).

Os conhecimentos construídos acerca das violências sofridas/vivenciadas por essas mulheres vão se constituindo e se transformando em meio a um universo que, ao mesmo tempo, é social e individual. Isso se dá em função da história de vida, dos grupos de pertença e da cultura em que as mulheres estão imersas.

Nesse estudo adotaram-se os conceitos Ancoragem e Objetivação no aparato teórico utilizado na análise dos dados. Esses processos foram definidos por Moscovici (2007) como os formadores das representações sociais. Para o autor, a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo que não é familiar. Ancorar significa “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2007, p. 61). Desta forma, a Ancoragem tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho. O segundo processo de formação das representações sociais, a Objetivação, tem a tarefa de objetivar a ancoragem, ou seja, expressar o conhecimento abstraído pelos sujeitos. Moscovici descreve que a objetivação é a reprodução de um conceito em imagem, ou seja, transforma algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o pensamento que era imaginário para a realidade social (MOSCOVICI, 2007).

3 “OH, MEU AMADO, POR QUE BRIGAMOS?”⁹

“Oh, meu amado, por que brigamos? Não posso mais viver assim sempre chorando. A minha paz estou perdendo, a nossa vida deve ser de alegria, pois eu te amo tanto.”

As entrevistas elucidaram temas que permeiam o universo simbólico das representações sociais das mulheres entrevistadas sobre as violências sofridas/sentidas. Tais representações sociais envolvem sentimentos, afetos, atitudes e comportamentos que circulam pelo imaginário das entrevistadas. Segundo Guareschi, a construção simbólica que encontra seu alicerce na realidade social é, ao mesmo tempo, um ato de conhecimento e um ato de afeto.

O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e paixão. (GUARESCHI, 1994 apud QUEIROZ, 2004, p.161).

A análise desenvolvida utilizou categorias que decorreram da própria estrutura das entrevistas. As categorias são: a) tipos de violência; b) motivações da violência; c) manifestações comportamentais do agressor e percepções das mulheres sobre os companheiros/ex-companheiros; d) manifestações comportamentais das mulheres e consequências das violências sofridas, e) fatores que influenciam a permanência da mulher em situação de violência e f) perspectivas para o futuro.

A) “Eles acham que palavra não machuca, mas tem coisa que dói no sentimento da gente”: Tipos de violência

Os relatos das mulheres evidenciaram que as violências mais frequentes são a psicológica e a física. Na maioria dos casos, a violência psicológica é a mais presente, manifestando-se principalmente como humilhações e xingamentos. Esse tipo de violência ocorre primariamente (OKADA, 2007), persistindo durante todo o ciclo de violência e sendo acrescida de outras modalidades ao longo do tempo. A violência psicológica inicia de maneira lenta e silenciosa, expandindo-se em intensidade e consequências. Em muitos casos, como aponta Miller

⁹ O nome do tópico é uma referência à música de 1972 “Por que brigamos?” da cantora Diana. Assim como na música, as mulheres entrevistadas parecem confusas sobre por quê sofreram as violências e os motivos que a causaram.

(2002, p. 16), o agressor antes de “poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a autoestima de tal forma que ela tolere as agressões”. Para algumas mulheres, as ofensas constantes geram um sofrimento mais intenso do que a violência na forma de agressão física.

Apatia: *Ele me humilhava demais, dava “hômi” pra mim [sic]. / Ele não tem respeito por mim não[sic], na boca dele eu não presto.*

Paixão: *Eles acham que palavra não machuca, né, mas tem coisa que dói no sentimento da gente. / Ele diz muito as coisas, sabe? Fala muito nome comigo [sic].*

Esperança: *Ele dizia que não ia me matar, mas ia mandar alguém fazer isso.*

A violência psicológica prejudica a autoestima, distorcendo o pensamento na construção de crenças de desvalor e autodepreciação, afetando o bem estar e a saúde psicológica da mulher (FONSECA et al, 2012), como demonstram os recortes a seguir:

Paixão: *A gente fica assim sem valor.*

Apatia: *Ele só trouxe coisa ruim pro meu “juízo” [sic], não tem quem tenha saúde desse jeito.*

Esperança: *Ficava mal, né, sem vontade de nada.*

Com relação à violência física, a constância do discurso detalhado das mulheres evidencia a necessidade de expor a experiência vivida. Todas as entrevistadas demonstraram uma facilidade maior em caracterizar as agressões físicas como violência em comparação às formas de violência psicológica. As entrevistadas ao longo do seu discurso deixaram claro que as suas principais representações sobre violência associam-se à agressões físicas, aquelas que deixam marcas no corpo. Quando a violência sofrida não deixa marcas, ela é aceita e naturalizada, não sendo “sentida” como uma manifestação violenta. De acordo com Araújo (2004), ao pensar em violência subitamente vem à mente as agressões físicas, por se tratar do tipo de violência que atinge diretamente o corpo, logo, o mais fácil de identificar.

Paixão: *Ele já me bateu tanto uma vez que “estufou” [sic] o olho, ficou tudo roxo.*

Esperança: *Ele batia muito na minha cabeça, dava soco./ Quando o homem fica violento ele não pensa em nada, né [sic], só sai batendo.*

Apatia: *Sempre que ele voltava “bebo” da rua era uma mãozada [sic] que eu levava.*

Garbin et al (2006) afirmam que há um mito no que se refere ao lar como lugar isento de violência. As manifestações da violência urbana verificadas nos grandes centros adentram os lares de maneira velada, silenciada, mas tão devastadora quanto a primeira. Tal verificação corrobora os postulados de Minayo (1994), os quais apontam as relações de poder nas quais os homens, providos de força física e socialmente de mais poder, usam-nos como instrumento de dominação sobre os demais membros da família.

As repercussões das violências sofridas na vida dessas mulheres são enormes, gerando perdas significativas em sua saúde mental e física. Segundo Monteiro e Souza,

os atos de violência representam, para a saúde da mulher, uma carga negativa de tamanho semelhante ao HIV, às doenças cardiovasculares, aos cânceres e à tuberculose. As conseqüências dos agravos na vida da mulher são marcadas pela baixa da auto-estima, pelo medo, pelo isolamento social e até pela incorporação do sentimento de culpa. (MONTEIRO; SOUZA, 2007, p. 27)

Ao longo dos anos, o Ministério da Saúde vem implementando políticas e normatizando ações de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra as mulheres, visto que são agravos de alta frequência e que causam sérias repercussões ao estado físico, psíquico e social, sendo determinantes no processo de saúde e adoecimento das vítimas (JANUÁRIO et al., 2010).

B) “O problema dele é a cachaça”: Motivações da violência

Em relação às motivações da violência, as entrevistadas colocaram principalmente a ingestão de álcool pelo agressor:

Paixão: *O problema dele é a cachaça./ Quando ele bebe vira outra pessoa./ Eu tenho medo quando ele bebe, parece que vira o cão.*

Esperança: *Ele bebia muito e sempre me maltratava depois.*

Apatia: *Sempre que ele voltava bebo[sic] era uma “mãozada” [sic] que eu levava./ Ele fica muito violento quando fica bebo[sic].*

As representações que essas mulheres construíram acerca da violência sofrida são estruturadas a partir das relações sociais que estabeleceram com os companheiros, com a família, com aqueles que estão inseridos no seu meio e compartilham de vivências equivalentes. Representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se

relaciona com o objeto, no qual o sujeito vai atribuir sentido e intervir. As representações sociais são sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e comunicações sociais. (JODELET, 2001)

A necessidade de exercer poder sobre a companheira e o ciúme por parte do agressor também foram atribuídas pelas mulheres como motivações da violência sofrida. Tais atribuições podem ser percebidas nos recortes a seguir:

Apatia: *Ele dizia que tudo na casa era dele, que a casa era dele e eu “num” tinha nada./ Ele mandava eu [sic] botar a comida no prato e depois jogava no chão só pra “mim”[sic] fazer limpar./ Eu tinha que fazer tudo na hora que ele queria, isso lá é vida?*

Esperança: *O pessoal ficava botando coisa na cabeça dele, dizendo que eu tinha outro. Ai ele ficava com ciúmes e vinha descontar em mim.*

Paixão: *O povo inventa muita fofoca, né, ai ele “num” gostava e ficava com raiva./ Ele tinha ciúmes de mim sem vê nem pra quê.[sic]*

A violência de gênero é revelada nesses casos pelo exercício de poder por parte dos agressores e, conforme afirma Minayo (2005), a “mentalidade patriarcal” que alimenta o processo violento mostra, mais uma vez, a dominação do homem nas relações conjugais. O ciúme acaba sendo um dos maiores motivos desencadeadores de discussões e ocorrências de violência; no entanto, ainda pode ser considerado como uma forma de justificar a agressão uma vez que atribui a culpa à parceira, considerando que os eventos desencadeadores da agressão não são de sua responsabilidade. As RS elaboradas pelas mulheres sobre o poder masculino são ancoradas na “mentalidade social” que ainda perdura, parecendo se reestruturarem no período histórico em que foram forjadas, demonstrando a ancoragem social em períodos remotos de nossa história (RIBEIRO; COUTINHO, 2011).

C) “Nem parecia aquele bicho do outro dia”: Manifestações comportamentais do agressor e percepções das mulheres sobre o companheiro/ex.

Através dos relatos verificou-se, no que se refere ao agressor, comportamentos ambivalentes, nos quais a violência é concretizada por ameaça e agressividade e regulada por arrependimento e reincidência, o que aponta o “ciclo vicioso” da violência doméstica:

Esperança: *Ele dizia que não ia me matar, mas ia mandar alguém fazer isso./ Ele pedia perdão no outro dia achando que resolvia alguma coisa.*

Paixão: *Eu tinha medo de dormir porque ele me “jurava” me matar de facada enquanto eu dormisse./ De ressaca ele virava um santo, né, nem parecia aquele bicho do outro dia.*

Apatia: *Ele sempre dizia que “bebo” [sic] não sabe o que fala, nem o que faz.*

Os discursos dessas mulheres expõem conteúdos ameaçadores, muitas vezes ameaças de morte, que geram medo e submissão. Uma entrevistada afirmou que não denuncia o companheiro por medo dessas ameaças se cumprirem. Assim como essa entrevistada, outras mulheres que vivenciam a mesma situação de violência, e também não denunciam os abusos, também constituem representações sociais a partir do medo que é um forte componente do silêncio. Essas representações sociais de que eles cumprirão a ameaça são naturalizadas ao longo de uma história de submissão da mulher confirmada pelos tantos casos¹⁰ de companheiras que morrem pelas mãos de seus parceiros. Ao longo da história o controle social sobre as mulheres, como mostrado anteriormente, se faz valer a partir do momento em que ela percebe que o silêncio ajuda a manter a “sobrevida”.

Além das ameaças, também é possível identificar nesses relatos o arrependimento de seus companheiros. Muitas vezes após o agressor demonstrar arrependimento pelo ato violento, a mulher volta à relação, provavelmente na eminência de uma mudança; entretanto, em pouco tempo, a violência volta a acontecer:

¹⁰ Alguns casos veiculados na mídia:

VEJA. **Quase quatro em cada dez assassinatos de mulheres são cometidos pelo marido.** 20 de junho de 2013. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/saude/quase-quatro-em-cada-dez-assassinatos-de-mulheres-sao-cometidos-pelo-marido/>> Acessado em julho de 2017.

G1 BAHIA. **Dois mulheres são mortas por ex-companheiros no fim de semana na Bahia.** 24 de abril de 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/tres-mulheres-sao-assassinadas-no-fim-de-semana-no-interior-na-bahia.ghtml>> Acessado em maio de 2017.

PORTAL R7. **RJ tem cinco casos de mulheres assassinadas por companheiros em uma semana.** 25 de abril de 2015. Disponível em <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-tem-cinco-casos-de-mulheres-assassinadas-por-companheiros-em-uma-semana-25042015>> Acessado em maio de 2017.

DIÁRIO CATARINENSE. **Somente neste ano, pelo menos 20 mulheres foram assassinadas pelo atual ou ex-companheiro em SC.** 22 de abril de 2016 (Atualizada em 07/06/2016). Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/04/somente-neste-ano-pelo-menos-20-mulheres-foram-assassinadas-pelo-atual-ou-ex-companheiro-em-sc-5784090.html>> Acessado em maio de 2017.

O POVO. **Número de mulheres assassinadas cresce 45% no Ceará.** 16 de junho de 2017. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/numero-de-mulheres-assassinadas-cresce-45-no-ceara.html>> Acessado em julho de 2017.

Esperança: *Quando ele vinha pra cima de mim querendo me bater [sic], eu ia dormir na casa da mãe dele. Aí ele mandava dizer que não ia fazer de novo e eu voltava pra casa de besta [sic]. /*

Apatia: *Eu dava outra chance e ele fazia tudo de novo depois; tem jeito não [sic.]*

Paixão: *Eu já deixei um bocado de vez ele, já me separei, já voltei; aí ele faz isso, mas diz que não vai mais fazer isso comigo, né[sic].*

Segundo Okada (2007), à medida que o tempo passa, o ciclo da violência encurta-se cada vez mais, perpetuando a situação de violência. A partir de então, podemos compreender o fenômeno da violência no contexto familiar contra a mulher como um fenômeno crônico e cíclico. A realização do ciclo é apenas um padrão geral que, em cada caso, vai se manifestar de modo distinto, no qual os próximos incidentes poderão ser ainda mais violentos e se repetir com maior frequência e intensidade.

Para a mulher agredida é muito difícil interromper este ciclo porque ela têm relação afetiva com o agressor, medo de sofrer uma violência ainda maior e/ou de prejudicar os filhos ou não têm condições financeiras para se manter, como será abordado no tópico “E”. Em muitos casos a vítima, após a agressão e uma tentativa de reconciliação por parte do companheiro, acredita que o agressor não irá violenta-la novamente e resolve dar uma segunda chance em nome do amor, dos filhos, da relação de vários anos, etc. Nas entrevistas foi possível identificar as representações das mulheres sobre a “segunda chance em nome do amor, dos filhos, do casamento”, como verificado a seguir:

Esperança: *É assim, [sic] como eu conversei com ele, eu vou dar mais uma chance a ele pra ver se ele muda./ Eu já disse pra ele “quando você sair (da cadeia), você vai procurar um emprego pra gente viver direitinho com os meninos./ Eu já deixei ele um monte de vez já, mas ai ele diz que vai mudar e a gente acredita, né.*

Apatia: *Querendo ou não a gente pensa nos filhos, né.*

Sobre as representações sociais que as mulheres elaboram acerca de seus ex-companheiros/companheiros violentos emergem duas esferas: uma negativa e uma afetiva. Na ancoragem negativa, surgiram representações objetivadas pelo caráter místico da violência, nas quais elas referem-se aos agressores como alguém desprovido de humanidade (em seu sentido animalesco), ruim e fraco, como se observa nos trechos a seguir:

Paixão: [...] *nem parecia o bicho do outro dia [sic].*

Apatia: *Ele é muito bruto, ignorante./ Ele é ruim de natureza mesmo[sic]./ Quando ele tá bebo[sic] não parece nem gente.*

De acordo com estas RS, nota-se que o homem é personificado como a própria violência e no imaginário dessas mulheres a violência, neste momento, adquire a materialidade humana. Em contrapartida, uma das entrevistadas pontuou em outro momento do seu relato uma percepção contrária, colocando que seu ex-companheiro “é uma pessoa boa, trabalhador, mas vira outro quando bebe”. Esta “contradição” perceptiva pode ser a explicação para o ciclo violento perdurar por anos. Uma vez que operam entre momentos alegres e tristes, estas mulheres se mantêm alimentando a violência por estarem sempre na espera de momentos agradáveis no relacionamento, em contrapartida aos momentos de crise.

Na ancoragem afetiva, as mulheres vítimas de violência representaram seus companheiros através de objetivações providas de afetividade, como se observa nas evocações a seguir:

Apatia: *Ele é o pai dos meus filhos, né. [sic]*

Paixão: *Eu tô [sic] com ele tem mais de 11 anos, não tem como a gente não gostar.*

Esperança: *Eu gostava muito dele, mesmo todo mundo mandando eu me separar.*

Através desses trechos percebe-se que a violência sofrida não foi mais forte que o sentimento que sentem/sentiam pelos ex-companheiros e/ou companheiros e pela família. Possivelmente são RS ancoradas no ideal do amor romântico, objetivadas pelos ditos populares “o amor acima de tudo”, “o amor tudo pode”, nas quais ainda espera-se uma mudança do agressor e, assim, a restauração da harmonia familiar. Apesar da vivência negativa da relação com o companheiro, a importância de manutenção da família aparece nos relatos como fator importante, talvez determinante, para não romper a relação.

D) “Só Deus sabia o que se passava no meu coração”: Modos de sentir e reagir das mulheres frente às violências sofridas.

Sobre as manifestações comportamentais das mulheres, verifica-se principalmente comportamentos de passividade e silêncio, conforme se observa a seguir:

Esperança: *Eu não dizia nada a ninguém, nem meus filhos sabiam [sic].*

Paixão: *Eu ficava calada pra não ter confusão depois [sic]. / Só Deus sabia o que se passava no meu coração.*

Apatia: *A gente tem que se calar, né, homem com raiva é bicho bruto [sic].*

Embora em alguns momentos estas mulheres demonstrem sentimentos como raiva e ódio: “depois eu ficava pensando e dava[sic] tanto ódio”, “eu só queria era ter força pra dar na cara dele também”, estes não são expressos em suas ações. Narvaz e Kohler (2006) descrevem “o silêncio ou mesmo passividade” como “assujeitamento”, no qual as vítimas geralmente recorrem a mecanismos de defesa como estratégias de adaptação e de sobrevivência. Muitas vezes a mulher em situação de violência se sente amedrontada e envergonhada por não conseguir se fazer ouvir e ser respeitada por seu agressor, o que gera sentimento de impotência.

A passividade pode ser explicada por alguns fatores, como aponta Narvaz (2005): vivências de violência na família de origem; culpabilização das vítimas; o desejo de ter uma família e de manter a família unida; a dependência emocional e econômica dos parceiros abusivos; o medo do companheiro abusivo e a obediência e a submissão engendradas pelo poder patriarcal. Esses fatores exprimem o caráter complexo do processo da violência contra as mulheres, que constitui-se por fenômenos individuais e coletivos, apontando representações ancoradas em um modelo sociocultural permeado pelo patriarcalismo e submissão feminina (RIBEIRO; COUTINHO, 2011).

Em relação às consequências dos abusos sofridos, emergiram nos relatos aspectos físicos, como cicatrizes e ausência de saúde de forma geral, e aspectos emocionais, como perda da autoestima, tristeza, traumas e medos, conforme verificado a seguir:

Paixão: *Eu não dormia de noite com medo./ Hoje em dia qualquer coisa me deixa nervosa, assustada./ Eu vivo tensa, sabe, amedrontada.*

Esperança: *Ele deixou uma marca de faca no meu braço.*

Apatia: *Eu fiquei “com nervos” [sic], qualquer coisinha me deixa nervosa.*

Danos de ordem social também foram verificados através dos relatos, ocorrendo uma desestrutura familiar, em que os filhos também são atingidos pela violência:

Apatia: *Meus filhos se revoltaram contra ele. / Ela (filha mais nova) ficou tão revoltada que não conseguia estudar direito.*

Paixão: *Ele já partiu uma vez pra cima do meu menino mais velho, foi uma confusão enorme aqui em casa. / Ninguém quer ver a mãe sofrer, né, acho que por isso eles ficavam com raiva do pai deles.*

Nesse momento da entrevista, quando questionadas sobre as consequências das agressões, puderam-se verificar as mesmas manifestações comportamentais nas entrevistadas: cabeça baixa, mãos cruzadas sobre o joelho, pés balançando e, por vezes, voz embargada. A postura dessas mulheres diante desse questionamento, em especial, constitui um dado interessante para o estudo, pois demonstra que abordar as consequências dos atos violentos gera um sentimento de vergonha nessas mulheres. A vergonha da violência sofrida tem sido identificada como um dos fatores que dificulta a busca de ajuda no sistema de apoio familiar e comunitário, o que dificulta o rompimento com a situação abusiva (NARVAZ; KOLLER, 2006).

E) “A gente se obriga a ficar nessa e viver”: Manutenção das relações violentas

No que tange às possíveis razões da sua permanência na relação violenta com ex e/ou atual companheiro, as mulheres apontaram a dependência financeira como principal causa.

Paixão: *Ele só faz isso comigo porque eu “num” [sic] tenho como me sustentar.*

Apatia: *Às vezes a pessoa não tem condições de arranjar um canto melhor, de poder viver melhor, aí se obriga a ficar naquela coisa e viver. / Se eu tivesse um trabalho não precisava passar por isso não.*

A representação social do homem, assim como nas falas mencionadas, é a do provedor das necessidades da família em termos financeiros, o que corrobora com a afirmação de Gartin et al (2006), em que as causas para não denunciar e permanecer junto ao agressor são

muitas, mas as mulheres se mantêm caladas principalmente pela dependência financeira. Na relação conjugal, a desigualdade de gênero é mais evidente, especialmente nos modelos tradicionais de família e casamento, nos quais a posição de provedor econômico configura-se no homem, enquanto que a de mãe e cuidadora do lar, na mulher. Dessa maneira, a mulher se submete à relação violenta para manter a estrutura familiar e o sustento dos filhos.

No imaginário social há uma vinculação entre a concepção de mulher e mãe, demonstrando claramente que a maternidade permanece como a base que fundamenta as representações de mulher, o que vai além das experiências vivenciadas pelas mulheres. A subordinação da mãe às necessidades da casa, dos filhos e do parceiro aparece como “tendência instintiva da mulher”, como um “dever ser”, moralidade esta conhecida como altruísmo materno. (QUEIROZ, 2004). Além da associação do “ser mulher” à maternidade, outras representações também se vinculam aos tradicionais estereótipos atribuídos ao gênero feminino, como paciente, sensível, indefesa, esposa, dona de casa. Podemos verificar tais representações nas falas das entrevistadas também:

Paixão: *Meu trabalho é dentro de casa com meus filhos mesmo.*

Apatia: *Eu só sou dona de casa, né.*

O medo das ameaças também foi colocado como justificativa para a permanecer junto ao agressor, como revela-se nos trechos a seguir:

Paixão: *É o medo, porque ele sempre diz que se eu deixasse ele [sic], ele não fazia, mas mandava fazer, aí eu tinha medo até de sair de casa.*

Esperança: *Eu tinha medo dele fazer mesmo o que me “jurava”.*

Por medo e vergonha das violências sofridas, além de pelo temor que gerem novas agressões, de modo gradual, as mulheres vão restringindo suas relações aos filhos e familiares que não representem uma ameaça ao parceiro, representando um isolamento social que pode contribuir para a reprodução de mecanismos mais complexos de violência (DUTRA et al, 2013).

F) “Eu sei lá”: Perspectivas para o futuro

As perspectivas que essas mulheres constroem em relação ao seu futuro são ancoradas na passividade, objetivadas pela paralisação. Este fato é verificado nas falas a seguir:

Apatia: *Eu acho que não tenho plano mais não, acho que daqui mesmo... [sic] (entrevistada fica em silêncio e abaixa a cabeça) / Meu plano mesmo é meus filhos [sic]; arranjar um emprego pra ver se a gente melhora nossa situação./ Tenho mais idade pra fazer plano não.*

Paixão: *Eu sei lá, eu não tenho plano não.*

Através desses recortes supracitados, observam-se a falta de perspectiva futura e a necessidade de proteção destas mulheres através de uma rede de cuidado, evidenciando fragilidade diante da violência sofrida. Pesce et al (2004) ressaltam eventos de vida adversos como fatores de risco à resiliência, compreendida pelos autores como “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio” (p. 135). Entre os fatores de risco expostos estão a vivência de algum tipo de violência e a pobreza, condições presentes em todas as mulheres do estudo.

Outros autores destacam que o conceito de resiliência possui várias definições, sendo um conceito em construção. Junqueira e Deslandes (2003) designam o conceito em termos mais operacionais do que descritivos, caracterizando a resiliência como a capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela, representando uma resignificação do problema. Pesce et al (2004) apresentam outra perspectiva em que os fatores de proteção que um indivíduo dispõe internamente ou capta do meio em que vive são elementos cruciais à compreensão da ausência ou presença da resiliência. Entre estes, ressalta-se uma boa autoestima, autonomia, fatores familiares e relacionados ao apoio do meio no qual está inserido. A partir do exposto, pode-se inferir que estes aspectos expliquem o fato de mulheres em uma mesma condição socioeconômica, vivenciando situações semelhantes em uma relação violenta reajam de maneiras contrárias no tocante às perspectivas de futuro.

A mulher é representada por vezes como um “ser que precisa do outro para se definir, seja dos filhos, seja do companheiro” (SANTANA, 2006). Nesta representação, a mulher é vista como um ser incompleto, reforçando a falta de autonomia e, conseqüentemente, a ausência de

liberdade. Seus planos somente serão válidos se houver a mediação do outro. No caso das mulheres entrevistadas, foi possível identificar essa necessidade do companheiro para definir seus planos, principalmente em uma perspectiva de futuro, como podemos observar no trecho a seguir:

Esperança: *Se eu tenho planos? Cê tá falando quando ele sair da cadeia, né? [sic]/ Eu já disse pra ele “quando você sair (da cadeia), você vai procurar um emprego pra gente viver direitinho com os meninos. / Eu vou ver como vai ficar só quando ele sair mesmo.*

O ideal de amor romântico também está presente nessa representação em que a mulher necessita do outro, no caso o companheiro, para ser completa. Frequentemente o amor aparece referenciado como um sentimento das mulheres, “O amor foi apontado à mulher como uma suprema vocação e, quando se dedica a um homem vê nele um deus [...]” (NEVES, 2007). Os ideais do amor romântico sempre afetaram as vontades das mulheres, o que talvez justifique a representação de perspectivas futuras dessa entrevistada que está atrelada completamente ao parceiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.” (Simone de Beauvoir)

A violência doméstica contra a mulher constitui um grave problema que necessita de reconhecimento e enfrentamento, tanto pela sociedade como pelos órgãos governamentais, através da criação de políticas públicas efetivas que contemplem seu combate, assim como do fortalecimento da rede de apoio à vítima. É imprescindível que este fenômeno não seja compreendido apenas em nível individual e privado, mas sim como uma questão de direitos humanos. Questionar a forma como a sociedade é estruturada e organizada, através de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, significa desarticular os pilares de sustentação da violência contra a mulher. A diferença na construção de papéis baseia-se em normas sociais enraizadas no tempo, que atribuem à mulher uma posição de inferioridade diante do homem, quem se utiliza da violência como recurso maior para fazer valer sua supremacia. O rompimento de um relacionamento, mesmo que violento, implica também na ruptura de uma série de sonhos e expectativas em relação ao casamento e à família. Há perdas e ganhos frente a esta decisão, que não devem ser ignorados pela rede de apoio à vítima.

Através do estudo alcançou-se a intimidade do fenômeno da violência doméstica vivenciado pelas três entrevistadas. Verificaram-se suas Representações Sociais da violência e do agressor e as consequências que este fenômeno trouxe em suas vidas. A partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas, constatou-se que as mulheres participantes sofrem principalmente violência física e psicológica. As entrevistadas demonstraram uma maior facilidade em identificar como violência as agressões físicas; em contrapartida, os impactos da violência psicológica são colocados como mais devastadores e as reações comportamentais destas mulheres foram principalmente o silêncio e passividade, apontando a dificuldade no rompimento da relação.

As entrevistadas evidenciaram um aspecto presente na dinâmica da violência doméstica: a naturalização. A violência no domínio das relações familiares, principalmente a praticada por parceiros íntimos, muitas vezes deixa de ser entendida como violência pela sociedade, sendo frequentemente invisível e caracterizada como uma situação normal (ZANCAN et al, 2013). Cada mulher interpreta os atos violentos de maneira singular e, embora tenham

identificado os tipos de violências sofridas, constantemente não há a percepção de estar inserida em uma relação violenta. No que tange as razões das mulheres permanecerem no interior de uma relação conjugal violenta, estas estão intrinsecamente ligadas à dependência financeira e ao medo provocado por ameaças de morte, ou, ainda, em função dos filhos, frutos do relacionamento. Cabe ressaltar que a dependência financeira em todas as entrevistas foi apontada como a principal justificativa para a permanência nesse tipo de relacionamento.

As representações dos agressores foram ancoradas em duas esferas: uma afetiva e outra negativa. É contraditório observar que algumas entrevistadas relataram dar “segundas chances” após os momentos de agressão pelo fato do agressor se mostrar arrependido e passível de uma mudança no comportamento, embora tenham os objetivado como “monstros” anteriormente. Esse comportamento do agressor de se mostrar arrependido explica, de certa forma, o motivo de essas mulheres permanecerem na relação violenta. A crença de que o companheiro vai mudar, e assim a família será reestruturada, é acompanhada por novos comportamentos violentos do companheiro. Neste processo cíclico, essas mulheres põem em risco suas vidas, o que demonstra a gravidade deste fenômeno e a necessidade urgente de intervenções.

Constatou-se ainda, de acordo com as participantes, que as motivações para a violência residem, principalmente, no uso abusivo de álcool, seguido pelos ciúmes. Este último aponta ancoragens sociais em que o homem detém poder sobre a mulher. As consequências da violência sofrida afetam todas as áreas da vida destas mulheres, sejam físicas, afetivas e sociais, afetando também a estrutura familiar e diminuindo a qualidade de vida dos envolvidos neste processo. A violência doméstica impacta significativamente na saúde física e psíquica da mulher, variando em sua expressão e intensidade, ultrapassando os danos imediatos gerados pela violência física, como as lesões e hematomas.

As repercussões desta realidade afetam desde a percepção da mulher sobre si mesma, refletida nos sentimentos de insegurança e impotência, até suas relações com o meio social, fragilizadas em decorrência da situação de isolamento, expresso pela falta de apoio de pessoas às quais possa recorrer. Estados de tristeza e medo foram os mais destacados como consequências psicológicas deste tipo de violência. Sobre as representações que as entrevistadas elaboram acerca do futuro, observou-se que as mulheres sentem-se paralisadas, não concebendo representações ancoradas na resiliência, mas na passividade e falta de perspectiva.

Em face de tais implicações na vida da mulher, faz-se necessário compreender as especificidades que permeiam a amplitude do fenômeno da violência doméstica contra a mulher, sobretudo as diferentes formas de manifestação de tal fenômeno, entendendo sua articulação com elementos sociais, econômicos e políticos. Considerando os limites desta pesquisa, sobretudo pelo fato de o número de participantes não ser representativo e tratar-se de uma pesquisa inicial, é importante que as pesquisas continuem, de modo a dar mais visibilidade às representações que as vítimas elaboram sobre a vivência de um relacionamento violento, o que contribuirá para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema da violência doméstica contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. J. A violência simbólica: uma difícil percepção. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 6, n. 2, jul./dez. 2004.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- BEAUVIOR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Volume 2. Tradução Sérgio Milliet. 3. Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL, Constituição. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução, n. 109, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em <<http://www.compromissoeatitude.org.br/lei-no-11-340-de-07082006-lei-maria-da-penha/>>
- BRASIL, Constituição. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução, n. 109.
- BRASÍLIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: SPM, 2011.
- CAPRA, J. Violência doméstica contra a mulher: algumas considerações. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, 2009.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, pp.25-62, 1985.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, n. 4, pp. 37-47, 1995.
- COUTO, M.; SCHRAIBER, L.. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.
- DALLOS, R. Métodos observacionais. In BREAKWELL, G. M. et al.. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Minas Gerais: Artmed, 2010.
- DUTRA, M. L. et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, 2013.

FONSECA, P. M.; LUCAS, T. N. S. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. (Trabalho de Conclusão de Curso) Graduação em Psicologia/Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências. 2006.

FONSECA, D. H.; GALVÃO RIBEIRO, C.; SOARES BARBOSA, N. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, 2012.

GARBIN, C.A.S.; GARBIN, A.J.I.; DOSSI, A.P.; DOSSI, M.O. (2006) Violência Doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cad. Saúde Pública**, 22(12), pp. 2567-573, 2006.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 10, n. supl. 1, p. 146-55, 1994.

GROSSI, M. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 2, 2º semestre, 1994.

GROSSI, M.; MINELLA, L.; LOSSO, J. **Gênero e violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, 2009.

JANUÁRIO, I. S. et al. Violência doméstica contra a mulher: diretrizes legais para a assistência de enfermagem. **Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem**, 13, 2010. Disponível em <http://189.75.118.67/CBCENF/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I19725.E8.T3054.D4AP.pdf> Acesso em 10 jul. 2017.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UERJ. 2001

JONG, L.; SADALA, M.; TANAKA, A. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev de Esc. Enferm. USP**, São Paulo ,42 (2), pp. 744-51, 2008.

JUNQUEIRA, M. F. P.; DESLANDES, S. F. Resiliência e maus tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, 19(1), 227-335, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MILLER, L. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Trad. Osmar Mendes. 2.ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

MINAYO, M. C. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, nº 10, pp. 7-18. Suplemento 1, 1994.

_____. Laços Perigosos entre Machismo e Violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):18-34. 2005.

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In NJAINE, K. (Org.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

_____. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010.

MINAYO, C.; DESLANDES, S.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NARVAZ, M. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, 37, 7-13. 2006.

OKADA, M.M. **Violência Doméstica Contra a Mulher: Estudo com Puérperas Atendidas em uma Maternidade Filantrópica**. (Dissertação de Mestrado) Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD - OMS. **Promoción de la salud: glosario**. Ginebra, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Ginebra: OMS; 2002.

PALHONI, A. R. G. **Representações de mulheres sobre violência contra a mulher e qualidade de vida**. (Dissertação). Escola de Enfermagem/ Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

PESCE, R. P.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. OLIVEIRA, R. V. C. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(2), pp. 135-143, 2004.

QUEIROZ, F. M. **Não se rima amor e dor: Representações sociais sobre a violência doméstica**. (Tese) Departamento de Serviço Social/Universidade Federal do Pernambuco. 2005.

RIBEIRO, C. G.; LIMA COUTINHO, M. P. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 3, n. 1, 2011.

RUBIN, G.. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. (Tradução de Christine Rufino Dabat). **Gênero e cidadania**. Recife: SOS CORPO, 1993.

SAFFIOTI, H. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SANTANA, S. B. F. **Representações de casais sobre violência doméstica na gravidez**. (Dissertação). Escola de Enfermagem/Universidade Federal da Bahia. 2005.

SANTOS, C; IZUMINO, W. P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasi. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2005.

SANTOS, C. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas Feministas e políticas públicas sobre a violência contra mulheres no Brasil**. Publicação Seriada do Centro de Estudos Sociais. Coimbra, Oficina do CES, 2008.

SILVA, L. L. et al. Violência silenciosa: Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunic, Saúde, Educ**, v. 11, n. 21, pp. 93-103, 2007.

SILVEIRA, D. F. (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, J. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. **Feminist Studies**. 14 (1), Primavera, 1988.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. pp. 161-182. 2004.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência: os novos padrões de violência no Brasil**. Caderno complementar 1 - Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando familias**, vol.17, nº 1. Porto Alegre, jul. 2013.